A EDUCAÇÃO DO CAMPO, UMA MODALIDADE EM CONSTRUÇÃO: O CASO DO MUNICÍPIO DE PICUÍ - PB

RURAL EDUCATION, CONSTRUCTING A WAY: THE CASE OF PICUÍ — PB TOWN

Paulo de Oliveira Nascimento; Rosângela dos Santos Fernandes; José Márcio da Silva Vieira
IFPB/Campus Picuí, mad.mada@hotmail.com; IFPB/Campus Picuí, rosangelallg@hotmail.com; IFPB/Campus Picuí,
marciovieirasol@gmail.com

RESUMO: A Educação do Campo tem sido pensada como uma modalidade educacional que preconiza a valorização do Campo e dos sujeitos que nele vivem. Nesse sentido, é posta como uma proposta pedagógica que tem por objetivo oferecer aos sujeitos que vivem no Campo uma educação de qualidade e que atenda suas demandas e necessidades, dando-lhes condições técnicas e sociais para que possam viver com dignidade e cidadania. Neste texto, pretendemos apresentar os resultados de um trabalho realizado no município de Picuí — PB, cujo objetivo foi verificar o *status* da Educação do Campo nesse município. A metodologia utilizada para a sua realização foi a da pesquisa bibliográfica (especialmente a partir dos diplomas legais que regem a Educação do Campo) e a da pesquisa de campo, através de questionários aplicados aos sujeitos da pesquisa (direção escolar, professores e alunos). Este trabalho revelou-se importante na medida em que — a partir de uma pesquisa de campo de cunho extensionista, que leva o conhecimento científico para além dos muros das instituições de ensino — foi possível afirmar, a partir dos resultados obtidos, que a Educação do Campo coloca-se como uma modalidade educacional em construção, no município de Picuí - PB.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo, pesquisa de campo, modalidade em construção, Picuí — PB.

ABSTRACT: Rural Education has been designed as an educational approach that advocates the enhancement of countryside and the people who inhabit it. In this sense, the approach is posited as a pedagogical proposal that aims to provide individuals who live in the countryside quality education that meets their demands and needs, allowing them technical and social conditions so that they can live with dignity and citizenship. In this article, we present the results of work carried out in Picuí town, aimed to verify the status of Rural Education in this county. The methodology used for this study was the Literature review (especially from the legislation ruling Rural Education) and research through interviews with the several people (School Board, Teachers and Students). This work proved important because from a field survey point of view, this work proved to be important because it takes scientific knowledge beyond the educational institution walls. It was possible to state that the Education field arises as an educational approach under construction in Picuí town.

KEYWORDS: Rural Education, research, Approach under construction, Picuí — PB.

1. Introdução

O Campo é um espaço que historicamente se constitui como o lugar do atraso, do arcaico, posto em oposição à Cidade, considerada como o lugar do moderno. Há muito, temos assistido a uma mudança de postura em relação a essa concepção. Nesses termos, destacam-se os vários sujeitos que vivem no Campo e que historicamente lutam por melhoria na sua qualidade de vida, há muito afetada pelos dualismos entre Campo e Cidade.

A Educação do Campo se coloca, nas atuais circunstâncias, como o resultado dessa luta histórica daqueles sujeitos sociais. O objetivo maior dessa Educação é instrumentalizar tecnicamente e politicamente aqueles homens e mulheres do

Campo, para que possam viver com cidadania e ter condições materiais e técnicas de cultivar a terra e tirar dela o seu sustento, sempre preconizando uma relação simbiótica com a natureza.

A Educação do Campo é por nós percebida, neste trabalho, como uma modalidade educacional em construção. Fruto de uma nova perspectiva, que preconiza um novo modelo de desenvolvimento — embasado no desenvolvimento social e humano, a sustentabilidade e o desenvolvimento territorial — a Educação do Campo como a temos hoje começou a ser gestada na década de 1990 e, nestes dias, está sendo (re)construída a partir dos vários Seminários Regionais de Educação do Campo.

No presente texto, apresentamos um olhar para a Educação do Campo em Picuí — PB, tomando-a como uma modalidade educacional em construção, a partir daquilo que ora apresentamos. A seguir, fazemos uma revisão da literatura — especialmente os diplomas legais que regem a Educação do Campo — e apresentamos os resultados observados através da pesquisa de campo. Esperamos, com isso, estar contribuindo para o debate acerca da Educação do Campo e do seu papel no desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária para os homens e mulheres que vivem na/da terra.

2. Relato de caso

O texto que ora apresentamos resulta de uma pesquisa por nós realizada para atender às demandas do Componente Curricular “Sociologia Rural”, ministrado pelo Prof.^o Márcio Vieira no segundo semestre do Curso Tecnológico em Agroecologia, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia — IFPB/*Campus* Picuí. Por iniciativa do Prof.^o Márcio, fomos postos a realizar um trabalho investigativo acerca da Educação do Campo no município de Picuí, cuja execução deu-se entre os meses de julho, agosto e setembro de 2013.

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca da Educação do Campo. Nessa fase do trabalho, lançamos mão de ferramentas de busca da internet — a exemplo do Google — a fim de acessarmos tanto os diplomas legais que regem essa modalidade educacional quanto a bibliografia já existente em relação à mesma. Além disso, tivemos acesso à documentação produzida a partir das ações da Secretaria Estadual de Educação do Estado da Paraíba e no contexto das várias iniciativas empreendidas em prol da implantação da Educação do Campo tanto nas escolas estaduais quanto nas municipais. Disso, apresentaremos uma discussão na próxima seção desse trabalho.

Realizada a primeira etapa do trabalho, passamos à pesquisa de campo. Durante essa segunda etapa, foram identificadas 8 escolas rurais, que atenderam no ano letivo de 2013 a “167 alunos da Educação Infantil, 551 dos anos iniciais do Ensino Fundamental e 457 dos anos finais, totalizando 1.175 alunos” (Prefeitura Municipal de Picuí, 2013). Dentre essas várias escolas, elencamos a E.M.E.F. Tertuliano Pereira de Araújo, situada no Sítio Pereiras, como o primeiro recorte, tomando como critério o significativo número de alunos atendidos, notadamente aqueles alunos e alunas do Ensino Fundamental (SANTOS, 2013).

A pesquisa foi realizada durante a manhã do dia 15 de agosto de 2013 - com alunos, professores e a direção escolar. Para a coleta de dados, aplicados questionários para: a) 10 alunos e alunas (8^o Ano/Ensino Fundamental II); b) 5

professores e professoras; e c) 1 para a direção escolar. No total, 16 questionários foram aplicados entre os representantes dos vários segmentos da referida escola, cujas respostas e/ou resultados também serão apresentados na próxima seção.

3. Discussão

Pensar na Educação do Campo é trazer para a discussão os conceitos que estão por trás dessas duas palavras. Um deles é o conceito de “Campo”. Dentro das atuais perspectivas, campo

tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana (BRASIL, 2006, p. 13 – 14).

Aqui, o Campo é tomado não apenas enquanto um espaço geográfico constituído numa relação dualista com o espaço urbano, mas como espaço no qual vivem sujeitos que, assim como aqueles que vivem na Cidade, também estão em busca de cidadania. Nesses termos o Campo é tomado como algo diferente do Meio Rural. Enquanto este diz respeito ao espaço rural como espaço produtivo e que serve apenas aos interesses do meio urbano, o Campo é tomado numa relação com o conceito de camponês. Numa diferenciação entre “agricultor familiar” e camponês, Vieira (2006) nos diz que todo “camponês” é um “agricultor familiar”, mas nem todo agricultor familiar é um camponês. Disso, diz-se que enquanto a ligação do agricultor familiar com a terra dar-se mais num sentido funcional – diga-se produtivo e alinhado com os sistemas de produção capitalista – que se baseia na racionalidade das sociedades modernas, a ligação do camponês com a terra dá-se mais num sentido simbólico e cultural, pautado numa produtividade para fins outros que não aqueles da lógica capitalista. Baseando-se em relações tradicionais com os outros do seu grupo social e nas relações homem/natureza, os camponeses são, pois, uma espécie de “guardiões” dos valores tradicionais nos quais se assentaram os pilares das primeiras sociedades.

Já a Educação do Campo

é toda ação educativa desenvolvida junto aos povos do campo e com a sua efetiva participação, “incorporando os povos e o espaço da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, os pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas”, quilombolas, todas as comunidades tradicionais, entre outros e fundamenta-se nas práticas sociais constitutivas dessas populações: os seus conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores, modo de ser e de produzir, de se relacionar com a terra e formas de compartilhar a vida. Inclui toda a dinâmica da vida dos povos do campo, ultrapassando os limites do que se convencionou denominar educação formal ou oficial (SILVA; SILVA, [2011], p. 12 – 13).

Trata-se, pois, de uma proposta que se constitui como a “(...) explicitação do respeito e valorização de milhares de brasileiros que se constituem como cidadãos em pleno gozo de seus direitos sociais” (BRASIL, 2006, p. 21).

Aqui, a Educação do Campo é tomada como parte de um novo projeto de campo, em que não apenas a educação escolar é preconizada, mas também a educação não escolar (aquela que se adquire na família, no trabalho e na vida social) essas duas categorias educacionais são o sustentáculo de um conhecimento que leve os sujeitos para a cidadania (SILVA; SILVA, [2011], p. 10). Trata-se de um projeto educacional em que os saberes e fazeres dos povos que vivem no campo são valorizados e tomados como ponto de partida para a formação e para as práticas pedagógicas da Educação do Campo.

Numa abordagem histórica acerca dos marcos legais que dizem respeito à Educação do Campo enquanto proposta educacional, identificamos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº 9.394/1996) a primeira de uma série de manifestações legais significativas para a construção dessa modalidade. Nesses termos, a LDB propunha um currículo comum para todo o Brasil, mas dizia que esse currículo deveria estar assentado em uma base diversificada, ou seja, a partir das questões regionais locais desse tão grande país.

Em 2001, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação propôs, através do Parecer CNE/CEB nº 36/2001, que deveria ser promovida a diversidade socio-cultural do país, numa perspectiva que preconizava a igualdade de oportunidades e o respeito às diferenças. Já a Resolução CNE/CEB nº 1/2002 disciplina a universalização – através da garantia do acesso e da permanência – e uma proposta pedagógica pautada no desenvolvimento sustentável tendo sua base na comunidade. A nucleação das escolas e o transporte escolar foram instituídos pela Resolução CNE/CEB nº 2/2008, ações pensadas para estruturar as escolas do campo e manter os sujeitos em suas localidades.

Em 2010, no contexto da homologação da LDB, a Educação do Campo foi instituída enquanto uma modalidade de ensino. Aqui, a letra da Lei, no art. 28, diz: “Na oferta de educação básica para população rural, os sistemas de ensino promoveram as adaptações necessárias a sua adequação as peculiaridades da vida rural é de cada região”.

Nesse mesmo ano, o Ministério da Educação, através do Decreto Ministerial nº 7.352/2010, determinou o apoio técnico-financeiro para as escolas do campo, bem como uma política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Também foi instituída a Comissão Nacional de Educação do Campo.

Já em 2012, por meio da Lei nº 12.695/2012, foi instituída a transferência direta de recursos, via Plano de Ações Articuladas, para os conselhos escolares, também chamados de unidades executoras, de cada escola. Além disso, esta Lei instituiu os polos da Universidade Aberta do Brasil – UAB, cujo objetivo principal é, através da EaD, oferecer formação inicial e continuada para professores e professoras que moram e/ou atuam na zona rural, distantes dos centros urbanos onde existem as instituições de ensino superior. Nesse diploma legal, também foi determinado que instituições sem fins lucrativos – tal como as ONGs – também receberiam recursos financeiros, a serem empregados em ações para a Educação do Campo.

O processo de construção da Educação do Campo, na Paraíba, dá-se a partir da ação do Comitê Executivo Estadual de Educação do Campo da Paraíba. Este órgão foi criado no âmbito do I Seminário Estadual de Educação do Campo, realizado em 2005. Os Seminários Estaduais foram instituídos pela Resolução CNE/CEB nº 1/2002, que estabeleceu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Além da criação do Comitê, esse primeiro Seminário objetivou sensibilizar os gestores municipais para a necessidade de se dar a atenção devida à Educação do Campo. Também foi realizado

um diagnóstico das demandas do Campo, em termos educacionais. Entre 2009 e 2010, o Comitê Executivo passou por dificuldades e suas ações foram marcadas pela lentidão. Em 2011, passou a buscar e efetivar parcerias entre os municípios paraibanos e as universidades, a fim de operacionalizar a Educação do Campo no Estado (Secretaria de Estado da Educação, 2013).

Destacam-se, ainda, ações como as do Pronera, a partir de 1999, do Programa Saberes da Terra, a partir de 2005, do Projovem Campo-Saberes da Terra, a partir de 2008, e a instituição de Licenciatura específica para a Educação do Campo, no Centro de Desenvolvimento do Semiárido – UFCG/Campus Sumé.

Com a preocupação de contribuir com os Sistemas de Ensino, na implementação de políticas de Educação do Campo, conforme ações previstas nos programas já instituídos acima informados e de acordo com os dispositivos legais e normativos da Educação do campo, o Comitê de Educação do Campo da Paraíba está realizando nas 14 Regionais de Ensino, seminários sobre esta temática envolvendo gestores e assessores/as pedagógicos/as tanto do sistema estadual como dos Sistemas municipais de Ensino. Os seminários são demandas dos participantes do Seminário estadual de Educação do Campo, ocorrido em 2012 (...). A perspectiva do Comitê estadual de Educação do Campo é de que os seminários propiciem oportunidades para maior participação do público destes seminários, definido a nível local (em cada regional) mediante articulação das gerentes regionais com os secretários de educação. Dessa forma, espera-se contemplar todos os municípios do Estado da Paraíba e poder, além de ter uma visão geral da realidade da educação do campo, no estado, receber contribuições desta população mediante propostas apresentadas nos seminários (Secretaria de Estado da Educação, 2013, p. 8).

Entre os meses de agosto e novembro de 2013, aconteceram nas Gerências Regionais de Ensino de todo o Estado da Paraíba os vários Seminários Regionais. Na 4ª GRE — da qual o município de Picuí faz parte — o Seminário realizou-se nos dias 29 e 30 de agosto, cuja pauta foi a seguinte: a) O Campesinato brasileiro e a luta pela Educação do Campo; b) A Educação do Campo; e c) Normativas da Educação do Campo. A partir daquilo que se preconiza para esses Seminários, busca-se construir a Educação do Campo como Política Pública para o Campo na Paraíba.

Quando nos voltamos especificamente para o nosso recorte — a E.M.E.F. Tertuliano Pereira de Araújo, situada no sítio Pedreiras, município de Picuí - PB — nos deparamos com um quadro revelador de uma situação em que a Educação do Campo ainda não foi efetivada.

Foram aplicados questionários com perguntas subjetivas (abertas), nos quais os entrevistados escreveram as respostas a próprio punho. Apesar de não serem identificados pelos seus próprios nomes, todos os entrevistados autorizaram a divulgação de suas falas, obedecendo-se o critério de cientificidade deste trabalho. A seguir, apresentaremos as respostas dadas pela direção escolar, professores e alunos.

Para a *Direção Escolar*, as perguntas versaram sobre a Educação do Campo, tomada enquanto política pública, em seus aspectos didáticos e pedagógicos, bem como a sua aplicação na Escola analisada. Nisso, tivemos o seguinte:

Pesquisador(a): Existe implantada na escola a Educação do Campo?

Gestão Escolar: Não.

P.: Quais as práticas de Educação do Campo são/estão sendo implantadas na Escola?

G.E.: Palestras com temas relacionados ao Meio Ambiente, resíduos sólidos, compostagem, reflorestamento, práticas conservacionistas do solo e agricultura sustentável, e hortas escolares.

P.: O Projeto Político Pedagógico da Escola atende às recomendações e/ou está adequado à proposta da Educação do Campo?

G.E.: Não. A escola ainda não atende às recomendações da proposta do campo, mas vão haver reformulações no Projeto Político Pedagógico para que essa seja implantada.

P.: Os professores receberam capacitação para atuarem na Educação do Campo?

G.E.: Não. Ainda não, pois a Educação no Campo ainda não foi implantada, mas em breve vai ser implantada e com certeza vai haver capacitação para que esses profissionais possam passar melhor esses conhecimentos

P.: Que mudanças podem ser apontadas com a proposta da Educação do Campo?

G.E.: Mudanças no dia-a-dia dos educandos em relação a práticas em suas residências, a fim de melhorar as condições ambientais.

Quando perguntada acerca da implantação (ou não) da Educação do Campo na escola, a fala da Gestora atestou para uma relação intrínseca estabelecida entre a Educação do Campo e a Educação Ambiental. Quando perguntada sobre o Projeto Político Pedagógico — se atende ou não às recomendações e prerrogativas da Educação do Campo — a Gestora nos informou que ainda não há adequação deste à proposta da Educação do Campo, ou seja, as propostas curriculares ainda não atendem às demandas, mas que será adequada. Em relação à formação dos professores na perspectiva da Educação do Campo, nos disse que ainda não houveram quaisquer tipo de formação, mas espera que haja. No que tange às perspectivas de mudanças na escola, a partir da proposta da Educação do Campo, a Gestora enfatizou as possíveis modificações no cotidiano dos educandos, especialmente em relação às condições ambientais do lugar, o que revelou, naquele momento, um não conhecimento da proposta da Educação do Campo por parte da Gestão Escolar.

Sabe-se que a Educação Ambiental faz parte da proposta da Educação do Campo, mas esta não se restringe àquela. Além das questões ambientais, outras questões são constitutivas da proposta para as escolas do Campo, principalmente questões socioculturais e econômicas, que devem ser preconizadas - numa perspectiva holística e integrada - de modo a atender às demandas daqueles sujeitos que vivem no Campo.

No que tange aos *professores e professoras* da referida escola, os questionamentos feitos versaram sobre seu nível de conhecimento no que diz respeito a essa modalidade educacional, bem como as possíveis ações desenvolvidas na da Escola. A seguir, temos as respostas:

Pesquisador(a): Você conhece a Educação do Campo?

Professor(a) 1: Não.

Professor(a) 2: Sim. É a educação realizada na zona rural e busca interagir o conhecimento científico com a realidade vivida pelos alunos da zona rural (...) A Educação do Campo como projeto não é do meu conhecimento, a parte que conheço são as políticas do MEC para as escolas rurais.

Professor(a) 3: Não. Trabalho com a Educação do Campo (na zona rural) há 6 anos; mas agora com esse programa do governo federal, não estou totalmente “por dentro” do projeto, os conhecimentos que tenho são os previstos nos PCN’s.

Professor(a) 4: Não. Ainda irá ser implantada nessa escola (...) só podemos responde a essas perguntas quando houver a implantação desse projeto.

Professor(a) 5: Sim. Em se tratando da educação no campo sim, porém no que rege ao projeto do governo federal, o discurso é outro.

P.: A Educação do Campo trouxe mudanças para o dia-a-dia escolar?

P.1: Não.

P.2: Sim. A escola passa a ser mais “realista” em relação a vida do aluno, as aulas tornam-se mais dinâmicas e o conhecimento passa a “fazer sentido” para o aluno.

P.3: Não. Ainda não está implantada na escola.

P.4: Ainda não há o projeto.

P.5: Sim. Na gestão passada, houve a necessidade de nuclear a educação fundamental na E.M.E.F. Tertuliano Pereira de Aratijo com o objetivo de dar mais oportunidade a toda a comunidade local, bem como ampliar e melhorar o ensino-aprendizagem dos alunos.

P.: Que práticas da Educação do Campo você utiliza em suas aulas?

P.1: Aulas de campo e práticas em escolas rurais.

P.2: Introdução de questões sobre o meio vivido nas atividades em sala de aula

P.3: O Projeto Educação do Campo ainda não conheço; mas as aulas nesta escola são contextualizadas para a vida no campo, nós temos sempre esta preocupação.

P.4: [Sem resposta].

P.5: Além da teoria do conhecimento, vivenciamos essa prática na escola com a própria criação de hortaliças para o melhoramento da merenda escolar, etc.

P.: Você desenvolve práticas da Educação do Campo em atividades fora da sala de aula?

P.1: Não.

P.2: Aulas de campo para associar o tema abordado nas aulas com a realidade do espaço.

P.3: Desenvolvo com os alunos, fazendo aulas de campo, trazendo a família para a escola e levando o conhecimento da escola para o campo onde eles estão inseridos.

P.4: [Sem resposta].

P.5: Apenas a parte teórica.

No que tange aos professores, pudemos perceber que alguns deles conhecem alguns pontos da proposta da Educação do Campo, enquanto outros não possuem quaisquer informações sobre a mesma. Aqueles que têm alguma informação, falam na Educação do Campo enquanto uma Política Pública do Governo Federal.

Entende-se Política Pública como a “(...) expressão da postura do poder público em face dos problemas e dos diferentes atores que compõem o cenário e sua intenção de dar respostas afeiçãoadas ao papel do Estado na sua relação com a sociedade”, sendo que “o Estado deve ser visualizado como um sistema em fluxo permanente, internamente diferenciado, sobre o qual também repercutem diferentemente os princípios, as normas, as filosofias e valores, bem como as próprias necessidades e contrações da sociedade” (MARIN FILHO, 2005, p. 1). Nesses termos, são objetivos das políticas públicas: a) atender às demandas sociais; b) garantir os direitos à cidadania; c) promover o desenvolvimento; d) regular os conflitos existentes entre os grupos sociais; e e) trazer, para a sociedade, uma referência valorativa (TEIXEIRA, 2002).

Se atentarmos para as falas dos professores, vamos perceber que há um entendimento de que a Educação do Campo é uma proposta educacional implantada apenas pela ação do Estado, quando na realidade trata-se do resultado de décadas de lutas empreendidas pelos vários movimentos sociais do Campo, que querem reconhecimento e atenção especial por parte do Estado brasileiro, de modo que as suas demandas sejam tratadas a partir de sua complexidade e especificidades. No caso da Educação do Campo, em particular luta-se contra o modelo educacional pensado na cidade e para a cidade e imposto a todos, inclusive ao Campo. Aqui, busca-se uma educação de qualidade e que atenda às demandas específicas das populações do Campo.

Interessante observarmos o fato de que apesar de a Educação do Campo ainda não ter sido implantada — enquanto proposta curricular — alguns professores atentam para ações esporádicas em que destacam a relação necessária entre a escola e o lugar onde vivem os alunos e alunas (Professor(a) 2 e Professor(a) 3). Além de destacarem a necessidade de uma escola mais “realista” em relação à vida dos educandos, demonstram uma preocupação em integrar a sala de aula com o “meio vivido”, apesar de seus conhecimentos serem apenas aqueles trazidos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, conhecimentos que ainda não são/estão sistematizados na escola — seja em termos de concepção de escola do Campo, seja em termos de práticas didático-pedagógicas.

As questões propostas aos *alunos e alunas* também tiveram como objetivo principal saber se aqueles sujeitos possuíam algum conhecimento acerca da Educação do Campo. Das questões propostas, temos o seguinte:

Pesquisador(a): Você já ouviu falar em Educação do Campo?

Aluno(a) 1: Não. Eu acho que Educação no Campo é tratar bem a natureza e sempre buscar [não] desgastar o solo, etc. (33 anos, 8º ano).

Aluno(a) 2: Não. (14 anos, 8º ano).

Aluno(a) 3: Sim. É uma educação falando do que podemos fazer no campo, para termos mais conhecimento para ter uma vida melhor e saudável. (14 anos, 8º ano).

Aluno(a) 4: Não. (13 anos, 8º ano).

Aluno(a) 5: Não. (12 anos, 8º ano).

Aluno(a) 6: Não, porque é um assunto que ainda está sendo implantado (14 anos, 9º ano).

Aluno(a) 7: Não. Nunca eu vi falar. (13 anos, 8º ano).

Aluno(a) 8: Não. Não sei do que se trata. (15 anos, 8º ano).

Aluno(a) 9: Não. Nunca, pois não sei que é ainda. (16 anos, 9º ano).

Aluno(a) 10: Não. Ainda não tive nenhuma informação sobre esse assunto. (18 anos, 9º ano).

P: O que você entende por Educação do Campo?

A.1: Entendo que educação no campo [é] saber plantar, mas sem agredir o meio ambiente.

A.2: Eu entendo que a educação é para educar e ser alguém na vida a educação é importante para todos nós.

A.3: Que é uma aula falando mais para o lado da zona rural e não para a urbana, o que podemos fazer para viver em um ambiente saudável.

A.4: Entendo que a Educação do Campo seja algo inovador.

A.5: Entendo que a Educação do Campo seja mais outro projeto.

A.6: A agricultura, criação de animais.

A.7: Por uma educação melhor no campo ou na zona rural.

A_8: Educação no Campo pode ser escolas situadas na zona rural, com aulas oferecidas para alunos que estudam na zona rural. Ou seja, plantar e cultivar alimentos orgânicos.

A_9: Acho que educação no campo trata de plantar mais hortas, conhecimentos sobre o meio ambiente.

A_10: Eu acho que é mais voltado pra plantação ou então como preservar o campo, também acredito que seja um modo mais explícito de mostrar a importância dele para nós.

P.: Você percebeu alguma mudança nas aulas?

A.1: [Sem resposta].

A_2: Não. Não percebi nenhuma mudança.

A_3: Sim. Pois os professores estão passando mais assuntos sobre o meio ambiente, e nas maiorias das vezes, somos nós que moramos na zona rural que temos que saber mais como cuidar do meio ambiente.

A_4: Sim. Percebi que focaram mais no assunto de como aproveitar os resíduos sólidos (molhados) para fazer adubo.

A_5: Sim. Desse tempo pra cá, estou percebendo que estamos estudando mais coisas sobre o meio ambiente, as queimadas e sobre a vegetação, tendo como fazer vários trabalhos sobre o meio ambiente.

A_6: Não. Ainda não temos aula no campo.

A_7: sim. Porque os professores começaram a falar de compostagem, sobre o meio ambiente e a duração de certos produtos e objetos

A_8: Não. Não houve nenhuma mudança nas aulas. Foram normais. Não temos aula no campo.

A_9: Não. Ainda não temos aula no campo.

A_10: Não, pois ainda não tivemos esse tipo de aula referente a esse assunto.

P.: Gosta de morar no sítio (zona rural)?

A.1: Sim, porque o sítio é um lugar tranquilo. Não tem barulho de automóvel e pouca poluição.

A_2: Sim, porque no sítio tem várias coisas boas.

A_3: Sim, porque é um lugar saudável, podemos fazer hortas, que que bem entendermos para ter uma vida mais alegre e saudável.

A_4: Sim. Gosto de morar no sítio (zona rural) porque onde tem muitos aspectos da natureza que eu gosto de vivenciar.

A_5: Sim, pois no sítio eu acho que é menos barulho, no sítio tendo mais atividade para fazer.

A_6: Sim, porque os hábitos são diferentes da zona urbana. É mais comportado e animado.

A_7: Sim.

A_8: Sim. Morar na zona rural é muito bom porque a gente entra em contato com a natureza diariamente.

A_9: Sim, porque no sítio nós podemos plantar hortas, plantas e observar a nossa caatinga, que na rua só tem pouca vegetação.

A_10: Sim, com certeza. No sítio, temos a liberdade de ouvir som alto até mais tarde, temos o contato com a natureza e não sofremos tanta poluição como a zona urbana e também tiramos nosso próprio sustento.

P.: O que você acha que poderia mudar nas aulas para melhorar a vida no sítio (zona rural)?

A.1: Eu acho que deveria sobre relacionada ao campo e meio ambiente para que através dos alunos as pessoas pudessem se conscientizar dos problemas no campo.

A_2: Nas aulas deveria ter mais leituras e trabalhos e na escola eu acho que poderia ter filtros nas salas de aula.

A_3: Que no lugar de falar mais nas cidades, poderia falar mais no sítio. O que fazer para melhorar na zona rural e dizer algo para ter mais melhorias da saúde nos sítios e principalmente cuidar do meio ambiente.

A_4: Poderiam aplicar aulas práticas sobre hortas para aplicarmos em nossas casas também.

A_5: Eu acho que do jeito que está, está muito bom, pois todo dia passa transporte, os lanches são bons e a educação é de ótima qualidade.

- A_6: Falar mais sobre estas coisas, fazer alguma coisa sobre o assunto.
- A_7: Eu acho que deveria dar mais aulas relacionadas ao campo e ao meio ambiente, para que através dessas aulas nós aprendêssemos mais coisas novas.
- A_8: Nós podíamos ter algumas aulas de como fazer plantações e criar hortas orgânicas no ambiente escolar, assim poderíamos repassar todo o conhecimento para as outras pessoas e até criar hortas em casa.
- A_9: A escola poderia nos informar mais, sobre o meio ambiente, sobre educação ambiental, sobre educação no campo. Que sobre as explicações nós podemos dá informações em casa, o que é certo ou errado.
- A_10: Bom, nas aulas poderia mostrar o que fazemos para cuidar bem do solo rural, e na escola, para quem mora longe do ponto de ônibus, tivessem o privilégio de buscá-los na porta de casa.

P.: Considerações sobre o questionário/pesquisa

- A_1: Gostei muito de saber sobre a educação no campo e é muito importante que os outros alunos possam ter esse conhecimento para que passa tratar melhor o campo.
- A_2: Eu achei muito importante porque esse questionário relatou de um assunto que a gente não conhecia.
- A_3: Gostei muito desse questionário, porque fala um pouco do lugar que vivemos, que é o campo.
- A_4: Foi um modo de escrever minha opinião, foi legal.
- A_5: Desse questionário, eu achei muito legal, pois estão testando nossa aprendizagem sobre a educação no campo.
- A_6: Espero que chegue logo as aulas de educação de campo. Estou ansiosa para saber o que é.
- A_7: [Sem resposta].
- A_8: [Sem resposta].
- A_9: Nesta observação, gostei porque ela trás mais uma informação sobre educação no campo. E quando estiver na nossa escola, vamos estudar sobre esse tema.
- A_10: Bom, achei essa pesquisa muito importante, embora não saiba muita coisa sobre esse assunto. Afinal, o “campo” é lugar onde eu habito. As perguntas são bem diretas, mas são bem elaboradas. Educação no campo deve ser bem legal, que por “educação” já tiramos uma boa impressão, e falando de campo então, acabei concluindo que é algo bem legal.

Em relação aos alunos e alunas, estes nos dizem, em suas falas, algo que se assemelha àquilo que nos disse a direção da escola: em geral, associam a Educação do Campo à Educação Ambiental. Também a associam às aulas de campo. Em linhas gerais, as respostas dos alunos e alunas disseram respeito ao cuidado com a natureza, a fim de que se tenha uma vida melhor e mais saudável.

Quando perguntados se gostam de viver na zona rural, todos os alunos e alunas responderam unanimemente que “Sim”, pelos seguintes motivos: a) é um lugar tranquilo; b) é saudável, já que não há poluição como na zona urbana; e c) há um contato mais íntimo com a natureza e com o meio ambiente, mais preservado. Atente-se para o fato de — mesmo em face dos muitos apelos das mídias sobre a vida na urbe, às quais tais sujeitos têm acesso — a vida no Campo ainda é a preferida por aqueles adolescentes.

Quando inquiridos sobre sugestões para as aulas, a fim de melhorar a vida no Campo, as respostas indicam: a) uma maior necessidade de conscientização das pessoas sobre os problemas [ambientais] que existem no Campo; b) mais aulas práticas; c) mais aulas sobre o Campo; d) mais aulas sobre o meio ambiente que, apesar de ter sido o diferencial naquela escola, ainda foram consideradas insuficientes pelos alunos e alunas; e f) aulas que falem mais do sítio e menos da cidade.

Das respostas acima sintetizadas, podemos concluir que — apesar de já haver algumas mudanças nas práticas docentes, conforme atestam as falas daqueles professores supracitados — o modelo educacional que ainda prevalece é aquele pensado e preconizado na/pela cidade, o que revela uma necessidade de que a proposta de Educação do Campo seja efetivada naquela e em todas as escolas do Campo.

Se há, tanto por parte dos alunos quanto por parte de alguns professores, certa confusão entre “aula de campo” e “Educação do Campo”, ambas são reivindicadas como algo a fazer parte do cotidiano daquela escola do Campo. Levar alunos da zona rural para aulas de campo em sua própria região requer abordagens diferenciadas acerca do espaço, na medida em que aqueles sujeitos já são familiarizados com esse ambiente. Daí, a necessidade de um novo aparato teórico e metodológico, a fim de que as “aulas de campo” possam ser feitas efetivamente na perspectiva da “Educação do Campo”.

4. Conclusão

Quando atentamos para as respostas que nos foram dadas pelos sujeitos que compõem a E.M.E.F. Tertuliano Pereira de Araújo contemplamos alguns elementos significativos, que merecem nossas considerações. Como é possível observar, as falas daqueles sujeitos por nós inqueridos são reveladoras de seus conhecimentos (ou não) acerca da Educação do Campo, percebida enquanto uma das várias modalidades educacionais que constituem o nosso sistema educacional.

De modo geral, devemos atentar para o fato de que a Educação do Campo ainda não foi “apresentada” à escola como um todo. Apenas a direção escolar possui algumas informações acerca dessa modalidade. Quando da realização da pesquisa (15 de agosto de 2013), fomos informados de que uma equipe da escola — composta pela equipe pedagógica, professores e alunos — seria apresentada à Educação do Campo no Seminário Regional de Educação do Campo, a ser realizado, como já dissemos, entre os dias 29 e 30 de agosto, na 4ª GRE, em Cuité — PB.

No que diz respeito à Educação Ambiental — amplamente citada pelos participantes desta pesquisa — destacamos o papel desempenhado por Santos (2013), que realizou um projeto de extensão com hortas agroecológicas naquela escola. Em seu trabalho, são significativas as ações educativas em relação à Educação Ambiental. Nesse sentido, Santos nos diz que “as atividades laborais na horta escolar contribuíram à melhoria no processo ensino-aprendizagem em virtude de maior interdisciplinaridade, maior espírito coletivo entre os discentes e recrudescimento de qualidades superiores como a solidariedade” e “contribuíram para elevar a conscientização dos alunos sobre os problemas ambientais e permitiu a compreensão do que seja sustentabilidade. Os alunos”, continua a autora “perceberam a importância do uso das hortaliças como alimento saudável e modificaram o hábito alimentar após conduzirem as atividades na horta escolar e usufruírem das hortaliças na merenda escolar” (SANTOS, 2013, p. 8). Disso, concluímos que o trabalho com as hortas agroecológicas naquela escola já se apresenta como a base da Educação Ambiental que constitui parte da modalidade de Educação do Campo a ser implantada.

Diante do exposto neste trabalho, seja em relação às ações que estão sendo desenvolvidas em todo o Estado da Paraíba — através dos Seminários Regionais -, seja em relação àquilo que constatamos estar acontecendo na E.M.E.F.

Tertuliano Pereira de Araújo e no município de Picuí - PB, a Educação do Campo é, nestes dias, uma modalidade educacional em construção.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 17 ago. 2013.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 36/2001**. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/EducCampo01.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2013.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 1/2002**. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2013.

_____. **Conselho Escolar e a Educação do Campo**. Brasília: SECAD/MEC, 2006.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 2/2008**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf>.

Acesso em: 17 ago. 2013.

_____. **Decreto nº 7.352/2010**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm)

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>. Acesso em: 17 ago. 2013.

_____. **Lei nº 12.695/2012**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12695.htm)

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12695.htm>. Acesso em: 17 ago. 2013.

_____. **Educação do Campo: marcos normativos**. Brasília: SECADI/MEC, 2012.

_____. **Documento Orientador/Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO**. Brasília:

SECADI/MEC, 2013.

Comitê Estadual de Educação do Campo da Paraíba/Seminários Regionais de Educação do Campo. **Educação do Campo: um pouco da trajetória**. João Pessoa: SEE, 2013.

MARIN FILHO, Carlos José. **Concepção de Políticas Públicas – Definição, Viabilização e Execução**. Disponível

em: <www.sinprodf.org.br/wp.../texto-3-concepção-de-políticas-públicas.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2013.

Prefeitura Municipal de Picuí/Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. **Escola do Campo**. [folder] 2013.

SANTOS, Maria Jeane Dantas dos. **Horta escolar agroecológica**: incentivadora da aprendizagem e de mudanças de hábitos alimentares no ensino fundamental. 2013. 50 f. Monografia, Coordenação de Tecnologia em Agroecologia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba — IFPB, Picuí, 2013.

SILVA, Maria do Socorro; SILVA, Adelaide Pereira da. **Educação do Campo: que campo e que educação?** In: Comitê Estadual de Educação do Campo da Paraíba/Seminários Regionais de Educação do Campo. João Pessoa: SEE, 2013.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. AATR — BA, 2002, p. 1 — 11. Disponível em:<www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2013.

VIEIRA, José Márcio da Silva. **Vivências da Reforma Agrária**: os dilemas e o sonho da liberdade no assentamento Zé Marcelino. 2006. 132 f. Monografia, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande — UFCG, Campina Grande, 2006.